

O olhar do *Outro* sobre a transição para a democracia em Portugal (1974 - 1975)

Marco Gomes*

Resumo

O principal objetivo deste trabalho consiste em abordar as repercussões da Revolução do 25 de Abril no contexto da imprensa e da política interna em Itália. O XIV Congresso do Partido Comunista Italiano e as eleições regionais e administrativas, em 1975, são as sequências de eventos estudadas. O *corpus* é constituído por 22 editoriais. Conclui-se que, além de ter merecido o enquadramento nos principais critérios de noticiabilidade, a *questão portuguesa* foi encarada como fator de instabilidade na Europa e foco de tensão no quadro bipolar dominado pelos Estados Unidos e a União Soviética. Os partidos políticos italianos procuraram retirar proveitos políticos de determinados acontecimentos que caracterizaram a transição para a democracia em Portugal.

Palavras-chave: Revolução; Partidos políticos; Imprensa; Democracia; Comunismo.

Introdução

O biênio 1974-1975 é recordado como um período singular na história de Portugal. Os acontecimentos políticos decorrentes do golpe militar de 25 de Abril de 1974 colocaram o país no centro do debate e da política internacional. Sandro Ottolenghi (3 de Abril, 1975: 28), jornalista do *L'Europeo*, escrevia, um ano depois, que em Portugal jogava-se “uma carta muito importante no poker das relações de força e do futuro da Europa. Talvez mesmo do mundo”. O ritmo dos eventos portugueses, as suas contradições e a diversidade das problemáticas suscitadas provocaram, como refere Ottolenghi (3 de Abril, 1975: 28), “reflexos inesperados principalmente em Itália”ⁱ.

Desde o início de 1975 que a Revolução do 25 de Abril ocupava, progressivamente, os espaços nobres da imprensa italiana. O contra-golpe falhado do dia 11 de Março intensificou esta perene cadência de factos e, sobretudo, exegeses. A ação militar perpetrada pelo general António de Spínola – visando o golpe de Estado – desencadeou uma nova etapa no processo revolucionário português e motivou, como

refere Maria Inácia Rezola (2006: 153), um “salto qualitativo gigantesco”, originando a “sobreposição do poder político ao económico” e o deslocamento à esquerda que um conjunto de medidas representou – nacionalizações e suspensão da atividade política de alguns partidosⁱⁱ.

Quatro meses antes de o “caso *Répubblica*” ter agitado com fragor os círculos políticos e intelectuais franceses, o acelerar do Processo Revolucionário em Curso (PREC)ⁱⁱⁱ causou as primeiras vibrações de alcance internacional. A suspensão do Partido da Democracia Cristã (PDC), do major Sanches Osório, implicado nos acontecimentos do 11 de Março, produziu um autêntico vendaval nos meios políticos italianos. As reações fizeram-se sentir em escassas horas e a dois níveis: a decisão avolumou a desconfiança dos partidos com assento parlamentar relativamente à natureza democrática do regime de Lisboa; simultaneamente, os delegados da Democracia Cristã italiana (DC) abandonaram o XIV Congresso do Partido Comunista Italiano (PCI) em sinal de protesto contra o penalizador decreto do Conselho da Revolução, no primeiro dia da conferência.

A reunião destinada a avaliar as possibilidades do *compromisso histórico* de Enrico Berlinguer, secretário-geral do PCI, desenrolou-se sob o espectro da *questão portuguesa*. Rapidamente o turbilhão extravasou fronteiras, como descreve o editorial do *France-Soir*, citado pelo *Corriere della Sera* (21 de Março, 1975: 2):

Os acontecimentos de Portugal estão já modificando as perspectivas políticas da esquerda europeia. O problema é particularmente grave em Itália. O PCI dirigido pelo perspicaz Enrico Berlinguer empenhou-se com determinação num novo caminho procurando um ‘compromisso histórico’ com a burguesíssima Democracia Cristã que detém o poder. Agora, depois dos factos de Lisboa, este ‘compromisso’ parece seriamente em perigo.

Este seria apenas um dos episódios que cruzou o destino das duas nações latinas. O congresso comunista iniciou um conturbado ciclo caracterizado por intensas polémicas e instrumentalizações com base nos acontecimentos do PREC. Os esquemas interpretativos atingiram variegados clímaxes durante o ano de 1975. Dos discursos de

caráter político e informativo é possível estabelecer elementos de identificação ou de conflitualidade com a situação portuguesa. E se, frequentemente, o interesse político e jornalístico italiano acompanhou a cadência do próprio PREC, ocasiões houve em que o contexto de produção evidenciou uma natureza anacrónica relativamente ao epicentro da Península Ibérica. Falamos de enunciados e de factos que desembocaram noutras realidades, originando **comunicados, tomadas de posição e debates parlamentares**. Isto é: **foram produzidas, em Itália**, análises e sequências analógicas de vária ordem como resultado de estratégias políticas e profissionais mais ou menos concebidas.

O XIV Congresso do PCI insere-se nesta atmosfera. Mas não só. A campanha para as eleições regionais italianas de 15 de Junho de 1975 desencadeou outra vaga de discursos que, não raras vezes, inspirou-se nas temáticas dimanadas da *Rivoluzione dei Garofani*. A Democracia Cristã direcionou todos os esforços contra os socialistas liderados por Francesco De Martino e os comunistas. Nunca esquecendo os grupos extra-parlamentares à esquerda do PCI, que, vivendo a revolução portuguesa de forma apaixonada, há muito tinham conquistado espaço no debate político. Ao quarto dia de campanha, o editorial de Gianni Pasquarelli (21 de Maio, 1975: capa), diretor do *Il Popolo*, órgão oficial da DC, titulava: “Um outro aviso vem de Portugal”. E utilizava o “caso *Républica*” para criticar os dois principais partidos da esquerda italiana. O fulcro da luta política reside na intenção de veicular uma determinada perceção do mundo social. O tom polifónico polarizou uma campanha eleitoral que conduziu ao histórico avanço do PCI.

Do 25 de Abril de 1974, *o dia inicial inteiro e limpo* de que nos fala o poema de Sophia de Mello Breyner, emergiu uma atmosfera tumultuosa que influenciou sobremaneira o quotidiano italiano. Essa realidade gerou episódios político-sociais críticos, sentimentos de comisseração e entusiastas reações. Alterou o ritmo e os conteúdos da *praxis* política italiana. Conferiu ao país de Camões um impacto mediático sem precedentes. Motivou acesas polémicas entre intelectuais e conduziu os órgãos de comunicação a dissemelhantes chaves de leitura e representações da mundividência. Enquanto abrigo privilegiado da memória individual e coletiva, os

jornais italianos reportaram as problemáticas suscitadas por um tempo alucinantemente veloz. E reclamaram, mais uma vez, o direito de acolher o jogo político num período socialmente instável, inflamado e caracterizado por uma torrente fenomenológica dramática, acentuada a partir do *autunno caldo* de 1968. A transição para a democracia em Portugal agitou a opinião pública, de que são exemplo os incidentes entre estudantes democratas-cristãos e grupos de extrema-esquerda, em Pistoia. Ou ainda a concentração de milhares de pessoas na Piazza della Repubblica, em Roma, a 19 de Abril de 1975, em solidariedade com o povo português e com o Movimento das Forças Armadas (MFA).

Mário Mesquita e José Rebelo (1994) assinalaram o caráter excepcional da “Revolução dos Cravos” no âmbito da imprensa francófona – França, Suíça e Bélgica. O nosso propósito consiste em aprofundar este campo de investigação no contexto dos Estudos de Imprensa, abordando as repercussões da revolução portuguesa na política interna e na imprensa em Itália. O XIV Congresso do Partido Comunista Italiano e a campanha para as eleições regionais e administrativas de 15 de Junho são as sequências de eventos estudadas. Os objetivos da pesquisa visam: analisar os discursos dos principais dirigentes do Partido Comunista Italiano, da Democracia Cristã e do Partido Socialista Italiano e identificar os elementos/contextos que produziram referências ao processo revolucionário português; enquadrar essas alusões nos desígnios das forças políticas em confronto; a partir dos editoriais dos diários *Corriere della Sera*, *La Stampa* e *Il Messaggero*, aferir quais os atores mencionados e os cenários políticos desenhados; e estabelecer o posicionamento político-ideológico dos jornais selecionados.

Metodologia

O *corpus* analisado foi publicado em 1975 e abarca dois períodos: de 16 a 30 de Março, e de 22 de Maio a 15 de Junho. O primeiro corresponde ao XIV Congresso do PCI (18-23 de Março), enquanto o segundo diz respeito à campanha para as eleições regionais de 15 de Junho (18 de Maio-13 de Junho). O *corpus* é constituído por 22

editoriais que maioritariamente fazem referência, direta ou indiretamente, a Portugal e aos seus atores políticos. A seleção de textos está distribuída da seguinte forma: *Corriere della Sera* (11); *La Stampa* (6); *Il Messaggero* (5). Os três diários inserem-se na designada *imprensa de referência*^{iv} e são encarados como fonte histórica e objeto de estudo. Justifica-se a utilização da *imprensa partidária* – *L’Unità* (PCI), *Il Popolo* (DC) e *Avanti!* (PSI) – como suporte adequado para observar os argumentos dos grupos políticos. A opção pelos editoriais reside no facto de que este género jornalístico representa de certa forma a voz do jornal, a sede de opiniões, “habitualmente formuladas para servirem como base avaliativa para um ato de fala como o de aconselhar, recomendar ou avisar” (Van Dijk, 2005: 220).

Várias unidades de redação estão assinadas por profissionais hierarquicamente próximos do diretor. O que, em última análise, nos remete para a posição de quem os assina. Determinados editoriais não estão assinados. Mas sabemos que, quando assim sucede, são da autoria dos diretores Piero Ottone (*Corriere della Sera*), Arrigo Levi (*La Stampa*) e Italo Pietra (*Il Messaggero*). Em plena década de 70 do século XX, o também chamado artigo de fundo apresenta em Itália características distintas da configuração utilizada por outras culturas jornalísticas, como a inglesa, a francesa ou a americana. Mas não nos impossibilita – antes pelo contrário – de estabelecer conjecturas e recolher elementos que respondam às seguintes perguntas: Quais as personagens evocadas e os cenários políticos desenhados pela *imprensa de referência* em Itália? Em que medida se processou a instrumentalização política das ocorrências portuguesas e com que objetivos?

Do colosso milanês ao *rebelle* político romano

O *Corriere della Sera* e a *La Stampa* são, em 1975, os mais relevantes diários italianos. Lideram a média de exemplares vendidos, na ordem das 500.400 e 361.100 unidades, respetivamente (Murialdi e Tranfaglia, 2008). Apresentam uma imagem de prestígio no plano internacional. O primeiro correspondia ao tradicional órgão da burguesia lombarda. Moderado e elitista nos domínios político e cultural, foi durante

muito tempo o sustentáculo da Democracia Cristã. O *Corriere* era sinónimo de jornalismo de qualidade, respeito, costumes, o mais difuso e presença mítica no seio da categoria profissional. Marino Livolsi (1984: 46) salienta que, por 80 anos, não se tratou tanto do maior jornal italiano, mas sim “o jornal italiano”. O modelo e a referência. A instituição^v.

Mais a sudoeste, em Turim, está instalado o arqui-rival *La Stampa*, dos Agnelli e da Fiat. Cultivou sempre uma postura bicéfala entre a vocação regional, cidadina, e a disposição nacional e internacional. Manteve a sua linha liberal, laica e democrática, adepto do reformismo e do projeto europeu. Acompanhou as tendências da sociedade, do (neo)centrismo ao centro-esquerda. A opção pela inovação tecnológica e a relação construtiva que envolveu administradores, redatores e tipógrafos contribuíram para ultrapassar os negros anos 70. Período que mergulhou os quotidianos italianos numa grave crise financeira e em complexas equações políticas, além do terrorismo.

O *Il Messaggero* é considerado, no período em apreço, um diário inter-regional e também gravita entre os jornais de primeira linha. Com 227.500 unidades médias ocupa o quarto posto, depois de *l'Unità* (Murialdi e Tranfaglia, 2008). A devastadora década de 70 repercutiu-se fortemente no mais importante matutino romano. De tendência conformista, tradicionalmente sensível ao posicionamento dos políticos da capital, anticomunista, o *Il Messaggero* caracterizou-se, no pós-II Guerra, pela oficialidade e vocação política. O equilíbrio entre as linhas clerical e laica completava o seu código genético. Uma cidadela que não resistiu ao capital. A clamorosa disputa pelo controlo do quotidiano, no triénio 1973-1975, originou greves, recursos a tribunais e mudanças editoriais. Alessandro Perrone, Italo Pietra e Luigi Fossati imprimem então uma orientação favorável ao Partido Socialista. Consequentemente, o *Il Messaggero* assume “tons extremistas”, quase de barricada, e adota o modelo de assembleia como prática de gestão. Passa, subitamente, ao radicalismo laico, libertário e antidemocrata-cristão (Murialdi, 2006: 245).

As convulsões político-sociais que se intensificam a partir de 1968 constituem um momento decisivo na história do jornalismo em Itália. Traços de continuidade com os *vícios históricos* e importantes ruturas com o paradigma vigente coexistem simultaneamente (Mazzanti, 1991). Uma das críticas mais difusas ao jornalismo político residia na recorrência ao clássico *pastone*, mistura, no mesmo texto, do comentário e da notícia. Diante desta prática, o leitor não percebe onde acaba a opinião e começa o relato dos factos. Avolumavam os *vícios* estruturais italianos outras características fortemente enraizadas no pós-II Guerra: concepção do jornal enquanto instrumento essencialmente político; práticas manipulativas; linguagem inacessível ao comum leitor como consequência de mensagens codificadas e dirigidas a alvos específicos; reduzido grau de rigor e *objetividade*.

Em 1976, Paolo Murialdi (1976: 44-45) nota que os jornais italianos ainda se encontravam “longe da simplicidade, da clareza e da concisão do bom jornalismo francês, inglês e americano”. E identifica duas particularidades caras aos editoriais da península: longa extensão das peças, a começar na primeira coluna (média de uma coluna e meia); o artigo surge frequentemente ligado ao título de abertura, criando uma situação em que o comentário precede a informação e se sobrepõe à mesma. São, portanto, rotinas bem distintas das praticadas nos quotidianos anglo-saxónicos, que agrupavam numa determinada página os artigos de opinião. Seguindo outro caminho, os diários franceses publicavam, na capa, um curto artigo de fundo que não detinha a posição imponente do italiano - o *Le Monde*, por exemplo, inseria um breve comentário na primeira coluna.

Apesar de tudo, dos anos de contestação e de conflitualidade emergiu uma nova atitude sobre os temas fortes da informação e da própria classe profissional. Trata-se da segunda face da dicotomia continuidade vs rutura. Os jornalistas italianos passam a demonstrar maior responsabilidade social, capacidade organizativa e identidade profissional. Assumem o papel de mediadores entre a realidade social e os leitores, em busca de um jornalismo mais independente, de intervenção e de combate. Procuraram adaptar-se às brutais transformações em marcha na sociedade. A

informação torna-se material de luta política para combater o manto ocioso das mentiras do Estado, a corrupção e o terrorismo. Porém, vários profissionais sofreram represálias e pagaram com a vida o salto qualitativo. É neste período que nasce a informação alternativa/contra-informação da esquerda extra-parlamentar^{vi}, do *il manifesto* à *Lotta Continua*.

XIV Congresso do PCI: compromisso histórico, Portugal e a retirada da DC

O congresso do PCI apresenta o *compromisso histórico* como a questão central e insere-se na tendência que Aberto Cecchi (1975: 8) situa a partir de 1945: transformar uma assembleia de partido, os problemas políticos italianos, num debate mais amplo. O projeto de Enrico Berlinguer (12 de Outubro, 1973: 12) propõe a aliança entre as forças que representam “a grande maioria do povo italiano”, do proletariado aos camponeses, dos católicos aos laicos. Um propósito extraído da unidade popular e democrática que Palmiro Togliatti apregoara. Persuadido pela impossibilidade de governar unicamente com as forças de esquerda, o secretário-geral do PCI^{vii} pretende uma coligação com a Democracia Cristã, que contava com três décadas de governo. Não excluindo os socialistas. O *compromisso histórico* ambiciona salvar uma democracia ameaçada pelo radicalismo extremado tanto à direita como à esquerda. É tematizado pela primeira vez em Setembro de 1973, nas páginas da *Rinascita*.

- Projeções: as relações do PCI com Moscovo e a sombra de Portugal

CORRIERE DELLA SERA: A “FINDALIZAÇÃO” DA EUROPA DAS PENÍNSULAS. Alberto Ronchey (16 de Março, 1975: capa), ex-diretor da *Stampa* (1968-1973), assina o editorial do *Corriere* de 16 de Março de 1975, onde escalpeliza as temáticas nucleares afetas ao PCI, do *compromisso histórico* à grave crise da economia italiana e ocidental. Considera a reunião magna um oportuno momento para o PCI esclarecer a natureza e os limites da relação com Moscovo, a sua autonomia e o posicionamento diante do Pacto Atlântico. Cita as palavras de Stalin depois da Cimeira de Yalta, quando o líder

soviético dissera que “o destino europeu seria jogado nas penínsulas”, estabelecendo assim a analogia com uma situação internacional marcada pelo conflito do Chipre, a “tragédia portuguesa” e as incógnitas sucessões de Tito e Franco. Afirmando: “Estamos na Europa das penínsulas, com Cunhal e Carrillo, Marchais e principalmente Berlinguer que dirige o maior partido comunista ocidental”.

O editorialista^{viii} alerta para o perigo da “finlandização” da Europa. A narrativa evolui em tom de inquérito tendo como alvo o PCI, revelando *recados* codificados e enunciados que ajudam a clarificar o seu posicionamento ideológico: “Quem discute ainda sobre a CIA ignorando o KGB, não estará cego, mas estrábico”. A escrita de Ronchey assume tonalidades pouco simpáticas para com o esfera comunista e denota cepticismo em relação a alguns locais estratégicos para o mundo ocidental (Ronchey, 16 de Março, 1975).

LA STAMPA: O “DRAMA” LUSITANO E AS TERMINOLOGIAS QUE PORTUGAL VAI APRENDENDO. O artigo de fundo de *La Stampa*, no dia 16 de Março, evidencia duas preocupações: por um lado, apela à consolidação do projeto europeu e faz uma autêntica apologia das virtudes de uma Europa formada pelos “povos das grandes tradições civis” que procuram “caminhos para fazer a sociedade industrial e democrática de amanhã”; por outro, coloca o “drama português” no âmago dos temores que ameaçam a construção desse mesmo projeto, já debelado pela “renegociação’ inglesa” que dificultava a união da Comunidade Europeia. Arrigo Levi (*La Stampa*, 16 de Março, 1975: capa) emprega uma intensa adjetivação para reprovar o “penoso entusiasmo” de uma intelectual da esquerda italiana – não identificada^{ix} – que exalta os militares portugueses e as medidas revolucionárias colocadas em prática depois do contra-golpe de 11 de Março. Levi critica frontalmente a interpretação da intelectual sobre os militares e os acontecimentos portugueses, desaprovando os juízos que entendem os primeiros enquanto “sujeitos reais de democracia” e os segundos uma prova de que a democracia tradicional estava “fatalmente caduca e ineficaz perante qualquer aceleração social”. Condena ainda a precária visão dos

governos europeus quando confrontados com a *questão portuguesa*, uma vez que ainda não haviam percebido o que estava em jogo.

A reflexão centrada na conferência comunista surge no dia de abertura, a 18 de Março. Carlo Casalegno (18 de Março, 1975: capa) considera que, em redor do XIV Congresso, existe uma expectativa “demasiado dramática”, podendo mesmo “determinar – para melhor ou para pior – uma volta histórica na política nacional”. Começa por identificar, no PCI, uma imagem “menos dogmática, combativa”, portadora de um novo sentido de Estado e até com “esboços de autocrítica”. Entende que o *compromisso histórico* constitui um “facto político imediato”. O vice-diretor da *La Stampa* relaciona o carácter ambíguo da proposta – *quando e com qual DC* se faria o acordo – com as divergências internas resultantes da “mudança estratégica traumática”. E não esquece as concessões “corajosas” e “reformistas” de Berlinguer ao nível da iniciativa privada e do empenho provisório na NATO. No entanto, segundo o articulista, insuficientes para contrariar a resistência dos socialistas e a rejeição frontal do líder da DC, Amintore Fanfani.

Casalegno (18 de Março, 1975: capa) sinaliza alguns conceitos vagos no projeto do PCI, como *movimentos populares, elementos de socialismo ou superação dos blocos militares*. Asseverando: “Agora Portugal os vai aprendendo”. Uma clara alusão ao ritmo do PREC. Adianta também que o maior obstáculo ao *compromisso histórico* reside no quadro internacional: manter ligações às ditaduras de escola soviética e chinesa ou, inversamente, reforçar a solidariedade aos partidos “irmãos” defensores da democracia na oposição. E logo refere o caso do Partido Comunista Português, que aceitou – escreve – sacrificar a oposição pelo poder. No editorial de 18 de Março, com mais de duas colunas, é possível descortinar sensibilidades aos argumentos de Berlinguer. Ao contrário de Alberto Ronchey do rival da *via Solferino*, Casalegno não manifesta uma hostilidade crónica às propostas do comunista da Sardenha.

IL MESSAGGERO: NECESSIDADE DE UMA POLÍTICA DE ESQUERDA. As projeções podem derivar da análise de uma realidade atual ou das aspirações de quem produz determinados cenários. O editorial de Italo Pietra (*Il Messaggero*, 18 de Março, 1975:

capa), sob o título “Os comunistas e os outros”, mescla estas duas hipóteses e, acima de tudo, vinca a posição do diário romano: “No vazio do Velho Continente, e na grande crise do nosso País, é necessário [...] uma política de esquerda que, sem frontismos ou saltos no escuro, consolide a democracia italiana e aumente o peso da Europa”. O artigo realça a pertinência do *compromisso histórico* à luz de um mundo afetado por problemas diferentes dos colocados pelo imediato pós-II Guerra. Segundo Pietra, é no contexto da crise económica e do recrudescimento fascista que, em Itália, adquiriam centralidade as posições do “renovado” PCI e “a antiga necessidade de uma larga participação popular”. Refere que o ponto-chave reside nas relações dos comunistas italianos com Moscovo e na opção por uma via socialista no quadro da Comunidade Europeia.

A problemática portuguesa não surge referenciada, apesar de ocupar a primeira página e outros espaços relevantes do jornal desde o dia 11 de Março, tal como sucedia no *Corriere della Sera* e *La Stampa*. O volume noticioso e a importância da *questão portuguesa* crescem de dia para dia, através do aumento do número de páginas, da dimensão dos artigos e da diversificação das vozes. Pode-se falar de páginas quase monográficas sobre Portugal, que atingiram o pleno na imprensa partidária, principalmente no período que medeia os meses de Março e Junho de 1975.

- Os discursos políticos e as personagens invocadas

Na sua intervenção inicial, Enrico Berlinguer (cit in *L'Unità*, 19 de Março, 1975: 7-10) discursa perante cerca de cinco mil pessoas, no *Palazzo dello Sport*, em Roma. Declara que o *compromisso histórico* destina-se a impedir o “flagelo” económico e moral do país. Não sendo uma obsessão, assegura que o PCI está pronto para assumir o governo. Reafirma o empenho no Pacto Atlântico e os princípios do internacionalismo proletário. Focando as transformações ocorridas em Lisboa, considera a queda da “tirania fascista portuguesa” uma “grande vitória” da causa

democrática na Europa. Depois, identifica as razões que estão na origem do “complicado processo político português”: a longa duração da ditadura e a forma como foi abatida. Mas logo diferencia as condições históricas, as tradições, que regulam Itália e Portugal: “[São condições] diferentes pelo modo em que se processou a liquidação do regime fascista [...] e pelas forças que foram protagonistas desse processo, diferentes pela estrutura, peso e orientação ideológica das várias formações políticas”. Berlinguer apela à compreensão das dificuldades implícitas na construção de um regime democrático. Adiantando: “Não é lícito da parte de quem nunca levantou a voz contra a ditadura infame de Salazar e Caetano fazer hoje juízos presunçosos e hipócritas sobre as forças antifascistas portuguesas”.

A alocução do líder comunista divide o protagonismo com o impacto provocado pela retirada da delegação DC, ordenada por Fanfani, em sinal de protesto pela suspensão do Partido da Democracia Cristã de Sanches Osório e a consequente exclusão das eleições do dia 25 de Abril. A DC italiana justifica a decisão com a “coerência” aos seus ideais, “de mostrar solidariedade com os amigos portugueses injustamente atingidos pela reação furiosa dos militares fanáticos e dos comunistas amedrontados com a resposta do voto popular”. Frisa ainda que as ligações do PCI com Moscovo extravasam o âmbito da solidariedade proletária (*Il Popolo*, 20 de Março, 1975: capa).

A reação do PCI não tarda. Alessandro Natta (cit. in *L’Unità*, 20 Março, 1975: capa), da presidência do congresso, classifica o gesto da DC como um “pretexto para instrumentalizações eleitorais” através de factos de outros países. O diretor do *L’Unità*, Aldo Tortorella (cit. in *L’Unità*, 20 Março, 1975: capa), classifica como “bastante graves e sérios” os eventos portugueses. Pese embora apele à compreensão de uma realidade marcada pelas sequelas de um golpe reacionário. Recusa a identificação com partidos considerados irmãos, não apenas – declara – pelo entendimento da “complexidade das situações históricas”, mas também pela convicção em ideias que refletem a autonomia do PCI.

As manobras políticas no congresso comunista merecem destaque e títulos de abertura por parte do *Corriere della Sera* (20 de Março, 1975: capa) – “Portugal pesa sobre o congresso do PCI depois do clamoroso retiro da delegação DC” – e da *La Stampa* (20 de Março, 1975: capa) – “Polémica sobre os factos de Lisboa depois do retiro dos delegados DC”. Portugal marca o ritmo e o volume da agenda política e jornalística. Giovanni Trovati (20 de Março, 1975: capa), da *La Stampa*, escreve que o PCI encontrou “o caso de Portugal no momento em que menos queria. [...] A circunstância condicionou o debate, que do tema do ‘compromisso histórico’ passou para a polémica aberta por Fanfani”.

O facto de o PCI não condenar abertamente a suspensão decretada pelos militares do Conselho da Revolução, apoiada pelo partido de Álvaro Cunhal, constitui, segundo a DC italiana, uma prova de que o seu posicionamento internacional é inconciliável com a apregoada via democrática socialista do *compromisso histórico*. Vários observadores criticam as posições do PCI por considerarem que estas não haviam demarcado com firmeza o partido do decreto dos militares de Lisboa e, implicitamente, da ortodoxia do PCP. Exponentes comunistas admitem que, de facto, a resposta de Alessandro Natta e Aldo Tortorella havia sido insuficiente. Outros dizem que primou pelo sentido estratégico. Porém, a posterior intervenção do delegado do PCP (cit in Giurato, 23 de Março, 1975: capa) ainda coloca água na fervura: “As ligações fraternas que unem os nossos dois partidos são indestrutíveis”. Durante 15 minutos, Domingues Abrantes recebe aplausos em 13 ocasiões. O teor do enunciado e o impacto do discurso depressa são explorados pela imprensa, considerando o representante português como *o orador mais interessante, o hóspede embaraçante, a figura mais esperada*.

No discurso de encerramento, Berlinguer (cit in *L’Unità*, 24 de Março, 1975: 3-4) esforça-se para dissipar dúvidas. Nota que existe “qualquer coisa” nos acontecimentos portugueses que “não convence” os comunistas italianos. E qualifica de “imperiosos” os princípios que asseguram “o pleno exercício de todas as forças

políticas de centro, direita ou esquerda, e a todos os cidadãos”. Grande parte da comunicação tem como cicerone Portugal e a polémica desencadeada por Fanfani.

CORRIERE DELLA SERA: O PDC “POTENCIALMENTE MAIORITÁRIO” E AS CRÍTICAS AOS MILITARES E PCP. O vice-diretor Michele Tito (19 de Março, 1975: capa) aborda, a 19 de Março, a *via italiana para o socialismo* no quadro das relações entre os partidos comunistas internacionais. Frisa que o PCI é o único, entre os partidos comunistas, que enfrenta “a questão do poder nos termos do compromisso histórico”. Considera que, em relação aos homólogos franceses e belgas, o partido está mais avançado na perspetiva de representar outros setores e interesses que não apenas os da classe operária. A ausência de uma linha comum europeia afigura-se, no seu entender, “o ponto débil para todos os partidos comunistas ocidentais”. Michele Tito^x trata construtivamente o *compromisso histórico* e preocupa-se em esclarecer a sua natureza e as condições de realização.

Na edição seguinte, Alberto Sensini^{xi} (20 de Março, 1975: capa) apelida de “traumática” a rutura entre o PCI e a DC. Observa que sobre o posicionamento internacional dos comunistas italianos recaem “vínculos embaraçantes”. Estes são, na sua opinião, o maior entrave ao caminho do *compromisso histórico*: “Hoje o PCI não é mais dogmaticamente pró-soviético como ontem, mas não é ainda, segundo o pensamento de muitos, suficientemente autónomo”. Todo o editorial gira em redor da *questão portuguesa*. Sensini critica as declarações do diretor do *L’Unità* por não condenarem claramente a decisão de afastar os democratas-cristãos portugueses das eleições para a Assembleia Constituinte. Qualifica o gesto como abuso de autoridade e contrário às regras elementares de democracia e pluralismo. E diz que o PCI enfrenta o dilema de “como defender o pluralismo” diante das “decisões autoritárias dos militares radicais de Lisboa estreitamente aliados de Cunhal”. Neste sentido – escreve –, havia perdido uma excelente oportunidade para vincar a sua autonomia.

Mesmo reconhecendo a diferença entre a DC italiana e o PDC português e as implicações de Sanches Osório no golpe de 11 de Março, a análise de Alberto Sensini (20 de Março, 1975: capa) parte logo de um princípio que carece de veracidade:

considera o PDC um partido *potencialmente maioritário* e o mais capaz de reunir *consensos* em Portugal. A solução – salienta – passava por distinguir o perfil pessoal de Sanches Osório das pessoas que se reconheciam no PDC. O editorialista reprova as acusações de “taticismo” e “instrumentalização” dirigidas pelo PCI à DC, argumentando que de Lisboa chegam ensinamentos para todos, ainda “mais profundos” para o comunismo italiano. Refere que a direção de Amintore Fanfani já assumira o “clima eleitoral” e que sempre, no pós-II Guerra, a política internacional influíra no comportamento dos partidos italianos. Questiona, por seu lado, a estratégia de Berlinguer quando, a partir da tragédia chilena, lança a perspectiva do *compromisso histórico* e, posteriormente, empenha-se em negar legitimidade aos democratas-cristãos italianos para recorrer aos factos de Lisboa também eles significativos. Dá, portanto, a entender que o líder comunista adoptara uma estratégia contraditória.

O congresso não passou sem o comentário do diretor da *via Solferino*. Sob o título “Não esqueçamos os nossos velhos males”, Piero Ottone (*Corriere della Sera*, 21 de Março, 1975: capa). revela quatro ideias-chave: classifica de “imprudentes” e “submissas” as posições/decisões políticas do PCP; considera a instrumentalização das ocorrências portuguesas altamente nociva para a política interna italiana por tentar desviar a atenção de problemas que mergulham o país “talvez na mais vasta e profunda crise do pós-guerra”; coloca o *compromisso histórico* numa perspectiva de longo prazo; introduz o tema das eleições regionais e realça a urgência de discutir os verdadeiros problemas do país em busca de propostas concretas. O arauto do jornalismo objetivo e do modelo informativo anglo-saxão sustenta que Lisboa pode ser um “símbolo, o símbolo da dificuldade de salvar a democracia quando o povo não a conquista, mas os centuriões pretendem protegê-la”. Criticando o decreto do Conselho da Revolução, termina dizendo que nem sempre um episódio numa capital estrangeira confere “o direito de fugir à realidade”, não obstante a relevância internacional.

Muitos analistas e investigadores entendem que Piero Ottone colocou o *Corriere* (1972-1977) “um pouco à esquerda”, retirando-o da influência direta da

Democracia Cristã^{xii}. Ottone faz do jornalismo independente a sua imagem de marca e revelar-se-á “a favor de um governo de saúde pública” que inclua o PCI (Murialdi e Tranfaglia, 2008: 11-12). Esta posição por uma *solução nacional* ganha consistência a partir de 1976, tempos de contínua crise social e política e que determinam mais um avanço histórico do comunistas nas eleições políticas de 20 de Junho de 1976.

Alberto Ronchey e Alberto Sensini ocupam-se do balanço da conferência de Roma. Ronchey (22 de Março, 1975: capa) avalia os calorosos aplausos dirigidos aos discursos do delegado soviético Adrej Kirilenko (PCUS) e do português Domingos Abrantes (PCP) como uma contradição entre as bases do PCI (ainda sensíveis à ortodoxia) e a estratégia preconizada por Berlinguer (*via italiana para o socialismo*). Leitura, aliás, efetuada por outros órgãos da imprensa diária e semanária. A falta de autonomia do PCI acompanha a argumentação do antigo correspondente do *Corriere* em Moscovo, alegando que o partido não corrigira a natureza das relações com União Soviética. Para sustentar as suas conceções, cita Berlinguer quando este corrobora os princípios do internacionalismo proletário. E afirma que o líder do PCI vê na União Soviética “um clima moral superior”, acusando-o de “triumfalismo” por constatar que o mundo capitalista encontra-se em crise e o socialista não.

Sensini (23 de Março, 1975: capa) revela-se menos invasivo, mas não enjeita a oportunidade de rebater a estratégia de Berlinguer. Do seu ponto de vista, dois acontecimentos adiam a perspetiva do *compromisso histórico*. O primeiro reside nos factos portugueses e na incapacidade do PCI em distanciar-se com clareza do PCP, repetindo as considerações avançadas no dia 20. Recorre aos argumentos do vice-presidente do Conselho, o republicano Ugo La Malfa, para colocar em causa a autonomia do PCI. Afinal, se os comunistas jugoslavos e chineses denunciam “a vontade hegemónica da União Soviética”, porque não o faz o PCI? Será possível não questionar, como recordara La Malfa, uma “situação alarmante” criada numa zona estratégica do ocidente meridional? O segundo acontecimento consiste na “complexidade” conferida pelos dirigentes comunistas ao próprio *compromisso histórico*, caracterizando-o como um “itinerário” onde não é possível “cronometrar os

tempos de percurso”. Sensini conclui que, durante a campanha eleitoral, os opositores do PCI irão falar de Lisboa, sublinhando: “É justo que isso aconteça: mas seria injusto – e inútil – falar apenas e sempre de Lisboa e nunca de Roma”. Portugal estava para durar e, utilizando a metáfora de Mário Mesquita a propósito do “caso República”, revelar-se-ia uma boneca *matrioskas*.

LA STPAMPA: O DELEGADO DO PCP. É no editorial de 23 de Março que evoluem os comentários finais da *La Stampa*. Na mesma edição, o serviço de abertura titula “Continua o conflito entre Soares e Cunhal”. Incluí duas peças: uma nota política de Aldo Rizzo e o texto do enviado especial em Lisboa, Sandro Viola. A reportagem de Luca Giurato sobre a reunião comunista, também na capa, estampa outro título significativo: “Um delegado português suscita embaraço no PCI”.

Carlo Casalegno (23 de Março, 1975: capa) volta a esboçar, no editorial, uma extensa análise sobre a política italiana. Não abdica de Portugal quando elabora o percurso retórico. Um título categorial resume a ideia: “De Lisboa a Itália”. Considera, naquele momento, o governo de Aldo Moro o melhor possível, capaz de reunir consensos. Afirma claramente que o centro-esquerda aparece, ainda por longo tempo, como a única possível aliança de governo. Mas nunca se revela frontalmente contra a perspectiva do *compromisso histórico*, pese embora a encare, à semelhança de Piero Ottone, como um plano de longo prazo. Justifica esta ideia com três elementos: primeiro, a convicção de que não apenas a DC se opõe à proposta, mas igualmente o PSI; depois, impreparação e divergências no interior do PCI relativamente à nova linha pluralista e democrática; por último, existência de um número significativo de questões por esclarecer ao nível da natureza do projeto.

Apesar de reconhecer o impacto de uma situação que apelida de “sacrossanta emoção suscitada pelo drama português”, o articulista sustenta que a campanha eleitoral para as *regionais* não será disputada em redor “dos casos de Portugal”. Esta previsão revelar-se-ia errada uma vez que Portugal, como veremos, estará no âmago do debate eleitoral. Percebe-se, no entanto, que, mais do que uma convicção, esta projeção adquire a forma de desejo. Aliás, bastante perceptível quando defende que a

batalha eleitoral não pode assumir um “espírito de cruzada”, tipo ocidente vs leste, capitalismo vs comunismo, correndo o risco – escreve – de se anular valiosos progressos como o alargamento da democracia (23 de Março, 1975: capa).

Casalegno (23 de Março, 1975: capa) refere que ninguém pode contestar o esforço do PCI na procura de uma alternativa ao “cego conformismo estalinista”, encontrando-se diferente dos *irmãos* orientais, com um outro discurso e ambicionando consensos para chegar ao socialismo. Ainda assim enumera obstáculos que, na sua opinião, urge ultrapassar: o internacionalismo proletário, a apologia da URSS, a visão maniqueísta do mundo. E dá como exemplo um episódio que marca, efetivamente, o XIV Congresso: “Ninguém quer fazer especulações facciosas sobre a tragédia de Lisboa: todavia a defesa vaidosa das medidas liberticidas feita pelo representante português [PCP] no congresso do PCI, e os aplausos da assembleia, têm mesmo um significado”. Assevera ainda que sobre Portugal pesa uma ditadura partilhada por militares e comunistas.

A calorosa ovação que Domingos Abrantes colheu do auditório e o abraço de Andrej Kirilenko, representante soviético, foram, na realidade, enfatizados pela imprensa. No editorial de 30 de Março, quando fazia o *Balanço de Páscoa*, Arrigo Levi (*La Stampa*, 30 de Março, 1975: capa) coloca o “alarmante episódio português – como esquecer os desconcertantes aplausos ao delegado de Cunhal” – entre as causas que contribuem para abrandar o ritmo do *compromisso histórico*. A outra significativa razão que evidencia a relutância dos dirigentes comunistas para acolher uma aliança com a DC reside, segundo Levi, no resultado inconclusivo do debate pré-congressual e do próprio congresso. Apesar de considerar o *compromisso histórico* um símbolo de reconciliação nacional e ideológica de alcance europeu, o diretor de Turim manifesta dificuldade em definir uma via operativa que conduza a propostas práticas.

IL MESSAGGERO: CAPITALISMO E COMUNISMO NA PENÍNSULA IBÉRICA. “Sem o contributo dos comunistas [...] a sociedade nacional estaria dividida em campos opostos. A guerra civil seria talvez inevitável”. O discurso encomiástico pertence a Felice La Rocca^{xiii} e é extraído do editorial de 19 de Março, do *Il Messaggero*. La Rocca

(19 de Março, 1975: capa) afirma que o renovamento do Estado é impossível sem o empenho, na forma democrática, dos italianos que votam no PCI. Sustenta que Berlinguer dera uma resposta relevante às resistências internacionais e aos “temas da gestão democrática do poder” que constituem as objeções ao *compromisso histórico*. Este projeto é, na sua opinião, uma proposta idónea para resolver os problemas da sociedade italiana. Refere, contudo, que as garantias do PCI em permanecer fiel ao pluralismo democrático não encerram uma polémica que tem origem nas experiências do comunismo internacional. Mais uma clara alusão ao impacto dos acontecimentos portugueses.

O comentário conclusivo é da responsabilidade do diretor Italo Pietra (*// Messaggero*, 23 de Março, 1975: capa), onde analisa a condição da Península Ibérica enquanto um “dramático caso-limite da inelutável polarização” entre o comunismo e o capitalismo: “Portugal inclinado no sentido de uma ‘democracia popular’ à maneira oriental e a Espanha borbonicamente adormecida à sombra de Caudillo (e das bases americanas)”. Encara como prudente a posição do PCI sobre os factos portugueses, baseada – e cita o comunista Giancarlo Pajetta – na diferença dos contextos históricos entre os dois países. Mas, segundo Pietra, continua por estabelecer o grau de autonomia da política do PCI em relação a Moscovo. Coloca ainda a ênfase na importância de clarificar os parâmetros do *compromisso histórico* ao nível local, uma vez que – assevera – representa uma realidade totalmente diferente do centralismo romano. E lembra que a polémica sobre Portugal pode propiciar “um clima centrista (isto é de direita) e persuadir certos cultos a Ford ou à nostalgia de Tambroni^{xiv}, mas que não ajuda a sair da crise económica e política”. Sublinha, por último, a necessidade de discutir construtivamente os problemas da democracia com o PCI.

Eleições regionais e administrativas: Portugal no centro da campanha eleitoral

O XIV Congresso do PCI marca o início de uma inflamada alteração entre as forças políticas italianas que se intensifica no período subsequente. O debate continua alimentado pelos acontecimentos portugueses, revela outras faces da mesma questão,

polariza diversos atores e só abranda o ritmo no dia 15 de Junho, data das eleições regionais^{xv}. Além do entusiasmo suscitado pelo primeiro sufrágio completamente livre em Portugal – particularmente dos designados grupos à esquerda do PCI –, destacam-se três temas que, interligados, influenciam o debate político durante a campanha eleitoral em Itália: do “caso Messeri” ao “caso Ghiotto”; Berlinguer e o posicionamento político do PCP; Portugal enquanto estratégia política e discursiva: o “caso República”.

Na sequência de uma reportagem publicada no semanário *Il Mondo*, o ex-diretor Renato Ghiotto é condenado a dois anos de prisão. Ghiotto havia permitido publicar, na edição de 21 de Novembro de 1974, um artigo que continha um telegrama-relatório do embaixador italiano em Lisboa, Gerolamo Messeri, sobre a situação portuguesa depois da intentona militar de 25 de Abril. O teor do escrito revela, por um lado, o comprometimento e admiração de Messeri pelo Estado Novo, o antigo regime deposto, e, por outro, o sentimento de repulsa em relação à nova ordem erigida com o 25 de Abril e, particularmente, depois do 28 de Setembro^{xvi}. A reputação do representante de Roma em Lisboa é seriamente colocada em causa. A informação, que seguira da capital portuguesa para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mariano Rumor, é considerada confidencial e o jornalista acusado de atentado à segurança do Estado e difamação. A história, porém, assume nuances mais complexas.

Ainda antes da sentença ter sido proferida, o *Corriere della Sera* (9 Abril, 1975: 2) aborda e deslinda, em Abril de 1975, outros contornos do caso que remetem para o braço-de-ferro entre comunistas e democratas-cristãos. O jornal afirma mesmo que o episódio poderia “dificultar a definição de uma política em relação a Portugal”. Em duas colunas, o artigo não assinado revela que o PCI havia questionado o governo no parlamento e pedido o afastamento de Gerolamo Messeri, acusando-o de ter apoiado o regime de Caetano e os seguidores de Spínola no contra-golpe de 11 de Março em Lisboa. Ou seja, a informação tornada pública pelo *Il Mondo* não cai no esquecimento. Antes pelo contrário. Curiosamente ou não, o seu conteúdo salta para o confronto político que opõe os dois maiores partidos. Salientando a amizade pessoal e as ligações

políticas entre o secretário-geral da DC, Amintore Fanfani, e o embaixador Messeri, os comunistas – escreve o *Corriere* – haviam ainda denunciado as interferências de Fanfani a favor da ditadura portuguesa e na própria política externa italiana. O diário milanês refere que esta tinha sido a resposta do PCI à retirada da delegação DC do congresso comunista e às intenções de “Fanfani fazer de Portugal tema da campanha eleitoral” (*Corriere della Sera*, 9 Abril, 1975: 2).

Renato Ghiotto^{xvii} conhece o veredito a 11 de Junho de 1975, no final da campanha eleitoral. Encarado como ataque à liberdade de informação e mais um sinal de descrédito das instituições, o caso origina profunda consternação em vários quadrantes da opinião pública e da política italiana. Em largos setores da imprensa, por exemplo, organiza-se uma recolha de assinaturas que, também aludindo à condenação de Ghiotto, pretende denunciar os ataques à liberdade de imprensa.

Em relação ao segundo tema explorado durante a campanha, de salientar que, mesmo depois da conferencia comunista, os adversários de Berlinguer continuam a insistir na *falta de autonomia* do PCI enquanto argumento político e componente essencial das estratégias eleitorais. Pressionado, o líder do PCI tenta vincar o caminho independente do partido e distanciá-lo dos comunistas portugueses. No auge do debate eleitoral, Berlinguer (cit in *La Rocca*, 13 de Junho, 1975: 2) assegura, numa entrevista ao *Il Messaggero*, que a visão do PCP é “profundamente diferente da do PCI”. Não esquecendo as “estreitas e fraternas ligações” que haviam norteado a relação entre os dois partidos aquando do Estado Novo, sublinha que determinadas orientações do PCP obrigam a expressar discordância, questões que respeitam “à relação entre o desenvolvimento da democracia e o avanço para o socialismo”.

Esta necessidade de afirmação provoca o choque frontal com os correligionários de Álvaro Cunhal e até com George Marchais, líder do Partido Comunista Francês. No rescaldo do congresso dos comunistas italianos, Aurélio Santos (cit in Viola, 25 de Março, 1975: capa), do PCP, responde a Berlinguer declarando que o princípio a adoptar é o da “não ingerência nas questões dos outros partidos”. Marchais (cit in Valli, 24 de Junho, 1975: capa), por sua vez, contraria a tendência que o

aproxima do homólogo do PCI e corrobora a posição do PCP em apoiar a suspensão do PDC: “Eu não estou de acordo com Berlinguer. Cada partido determina a própria política como entende. [...] Em Portugal não se fez mais do que aplicar um dos princípios do nosso programa comum”. George Marchais chega a reprovar o PCI pelas críticas aos comunistas portugueses com base em motivos eleitoralistas. O próprio Álvaro Cunhal (cit in *Corriere della Sera*, 24 Junho, 1975: 2) refere, em Coimbra, que do PCI havia recebido “críticas” e “censuras”, desaprovando então uma postura que – dizia – ajuda “as forças reaccionárias em Portugal”. As palavras do jornalista Bernardo Valli (24 de Junho, 1975: capa), do *Corriere*, depois das eleições regionais, são eloquentes: “O sucesso dos comunistas italianos acelerou e agravou a polémica entre os partidos comunistas europeus, já profundamente divididos pelo processo revolucionário português”.

Por último, e ainda no âmbito da *ressonância* dos eventos portugueses, importa abordar um dos mais mediáticos episódios da “Revolução dos Cravos”: o “caso República”^{xviii}. No dia 19 de Maio de 1975, uma Comissão Coordenadora dos Trabalhadores do diário *República* suspende a Direção, a chefia de Redação e decide nomear Álvaro Belo Marques. Motivo: o jornal fundado pelo republicano António José de Almeida ter-se-ia transformado dissimuladamente numa ferramenta do Partido Socialista Português, destruindo assim o património, construído desde 1911, que o tornara símbolo significativo da *unidade antifascista*. Como diz José Rebelo (1994: 92-93):

A dicotomia burguesia *versus* proletariado que dominava o discurso político da altura, afirma-se em toda a sua força. De um lado, a Administração, a Direção e a Redação; do outro os gráficos e os trabalhadores dos serviços administrativos e comerciais. Os primeiros identificados com o patronato – o PS; os segundos arvorados em intérpretes e defensores dos interesses da classe operária.

A reação dos correligionários socialistas de Mário Soares é imediata. O acontecimento representa um ponto de viragem no processo político português.

“Corresponde, por um lado, à declaração de guerra do PS aos militares. Pela primeira vez, desde a Revolução de Abril, o PS põe abertamente em causa os objetivos democráticos dos ‘capitães’”, constata José Rebelo (1994: 101). A moldura interpretativa (*frame*) que rege muitas das perceções centradas neste e noutros eventos do processo revolucionário português remete para o quadro binário comunistas *versus* socialistas democráticos e liberais. Trata-se de uma leitura que transporta para outros cenários geográficos intrincadas analogias políticas.

Itália é um dos países onde o “caso *República*” alcança significativas repercussões. Não é alheio o constante clima de peleja política que também se reflete na generalidade dos grupos sociais e profissionais. O diretor dos serviços internacionais do *Corriere della Sera*, por exemplo, demite-se porque um título e algumas passagens do texto da sua autoria, destinados a denunciar a censura dos tipógrafos portugueses do *República*, são substituídos sem o seu conhecimento. Renso Carnevali está assim na origem de um conflito que coloca em evidência o poder que determinados redatores e elementos do Conselho de Fábrica, comunistas e filo-comunistas, exercem no interior do maior e mais importante jornal italiano. Depressa sucedem-se a ritmo elevado as acusações de que a censura operada por elementos filo-comunistas, no interior do *Corriere*, pusera em causa a liberdade de imprensa, a dignidade profissional de Carnevali e a objetividade de informação. Semelhante cadência aplica-se ao nível das analogias que são estabelecidas com o incidente – o “caso *República*” – que despoletara o já designado “caso Carnevali”. As declarações do diretor do *Nuovo Quotidiano*, Enzo Tortora (cit. in Tosti, 30 de Julho, 1975: 17), ao *Il Settimanale* ilustram na perfeição o ambiente vivido: “Carnevali é o primeiro colega português que temos o prazer de acolher entre nós jornalistas”. O debate alarga-se a várias publicações, sendo o milanês *Il Giornale*, também por questões de rivalidade, o órgão que mais penaliza a censura operada no jornal da *via Solferino*.

Vários elementos de diferentes partidos italianos reprovam o silenciamento do jornal *República*, ao mesmo tempo que procuraram potenciar estratégias e retirar

proveitos políticos deste célebre capítulo do PREC. Enquanto o PSI solicita aos comunistas maior firmeza na condenação aos *irmãos* portugueses, a DC acusa os primeiros de especulação eleitoral e os segundos de concepções pouco democráticas. O PCI logo condena a tomada do *República* e defende a pluralidade de opiniões como baluarte do desenvolvimento democrático: “Não estamos de acordo com métodos de intolerância que levem ao conflito entre trabalhadores ou entre organizações políticas e sociais dos trabalhadores” (*L’Unità*, 20 Maio, 1975: capa). Se o discurso do PCI incide, sobretudo, na desordem, instabilidade, corrupção, mau governo e na incapacidade para superar a crise económica como resultado de 30 anos de poder democrata-cristão, não menos importante, em plena campanha eleitoral, constitui a necessidade de se demarcar, com maior ou menos vigor, das posições do PCP em relação às polémicas que marcam, em Portugal, o primeiro semestre de 1975: a autonomia sindical, a suspensão do PDC e o “caso *República*”.

O Partido Socialista Italiano, por sua vez, levanta bem alto a bandeira dos sequazes de Mário Soares, numa altura em que o secretário-geral dos socialistas portugueses reúne esforços para restituir o *República* aos administradores e em defender o seu baluarte no setor da imprensa. Quando vê melindrada a solidariedade entre italianos e portugueses, Gaetano Arfe (25 de Maio, 1975, capa), diretor do *Avanti!*, órgão oficial do PSI, acusa a DC de não perceber a dimensão do problema que ameaça transformar-se uma “tragédia para Portugal e um desastre para a Europa”. Da direção do partido, Bettino Craxi fala de uma “ameaça grave contra a evolução democrática” e Claudio Signorile diz que os factos de Lisboa obrigam a uma “rediscussão na Europa entre todas forças do movimento operário” (cit in *Avanti!*, 21 Maio, 1975, capa).

Não se colocando em causa a solidariedade institucional, percebe-se que o PSI encara o “caso *República*” como uma excelente oportunidade para capitalizar votos e invocar os princípios internacionalistas. Francesco De Martino (cit in *Avanti!*, 27 de Maio, 1975: 2) pede ao povo italiano um voto para renovar a democracia e dá o exemplo dos socialistas lusos: “Em Portugal conseguiram uma esplêndida vitória e hoje

estão empenhados em travar uma dura batalha para que a revolução socialista se realize na democracia e no respeito pela liberdade”. Tito de Moraes, também expoente do Partido Socialista Português, e Mário Soares dão conferências de imprensa em Itália. Soares associa-se a ações de campanha em Nápoles e, no dia 13 de Junho, encerra com o secretário-geral De Martino a campanha eleitoral, em Roma. Participa no comício de Milão ao lado de outras figuras socialistas oriundas de Espanha, França, Grécia e Chile. São diligências que também se integram na vasta campanha internacional realizada pelos socialistas portugueses na sequência do “caso República”.

Comunistas e socialistas obrigam ao afincado empenho da DC num combate eleitoral que adquire duas frentes bem definidas: os democratas-cristãos nunca perdem a oportunidade de acusar o PSI de instrumentalização, como se verifica, por exemplo, a respeito da participação de Soares no comício de Roma: “Soares ‘usado’?” (Pellegrini, 14 de Junho, 1975: capa); por outro lado, fazem do anticomunismo um pilar da retórica política. O senador Giuseppe Bartolomei (cit in *Il Popolo*, 21 de Maio, 1975: 2) insinua, num comício, que a autonomia apregoada pelo PCI é “apenas um instrumento para chegar ao poder”, enquanto Fanfani (cit in *La Stampa*, 14 de Junho, 1975: capa) observa que o partido de Enrico Berlinguer repete “o jogo” que os comunistas haviam feito, nos anos 50 e 60, na Hungria e Checoslováquia e “nos últimos três meses em Portugal”.

Saltando dos discursos das figuras políticas para os relatos da imprensa, afigura-se igualmente possível aferir o impacto dos acontecimentos portugueses. Andrea Barbato (25 de Maio, 1975: 3), da *La Stampa*, é bem expressivo logo no início da campanha: “Não surpreende que os partidos falem mais de Portugal do que das finanças locais: estamos politicamente presbitas, o cravo de Mário Soares está mais próximo do que o défice municipal, o Rossio de Lisboa mais à mão do que a campanha de casa. O significado político-simbólico conferido a determinados episódios da *Rivoluzione dei Garofani* agita, efetivamente, a opinião pública. O embaixador português em Itália solicita mesmo o adiamento da visita que Martins Guerreiro, membro do Conselho da Revolução, iria realizar a Milão e a Roma, em Maio de 1975,

com o intuito de promover internacionalmente a imagem da Revolução. O diplomata justifica o pedido com a perturbação social derivada “das manifestações dos socialistas italianos face ao problema do *República* em Portugal” (Rezola, 2006: 216).

Os discursos editoriais: idênticas críticas sobre as mesmas personagens

CORRIERE DELLA SERA: “CUBA EUROPEIA E OS MANUAIS DOS MILITARES”

O despoletar do “caso *República*” motiva uma longa análise de Alberto Ronchey (24 de Maio, 1975: capa), no dia 24 de Maio, sob o título “Os socialistas em penitência”. Descreve os acontecimentos do 1º de Maio e o silenciamento do jornal *República* como ataques aos socialistas e à liberdade de expressão e informação. Classifica o modelo político português como uma “fórmula de autocracia revolucionária”, correspondente a “um novo híbrido de leninismo” onde a minoria subjuga a maioria. Considera os militares “fascinados pelas suas figuras”, ações e manuais de política, mas nunca pela luta partidária. Afirma que o PCP preocupa-se em intimidar os socialistas, controlar o monopólio sindical e a informação, constituindo a sua linha rígida um útil instrumento para Moscovo. A diplomacia soviética é, em seu entender, a que interfere mais em Lisboa, no quadro de uma Europa cautelosa e de uns Estados Unidos inoperantes. Observa que “as tensões de Portugal” podem produzir “uma Cuba europeia”.

No início de Junho, Ronchey (4 de Junho, 1975: capa) discorre sobre a crise económica ocidental e fala da Lisboa problemática, movida pela esquerda radical, como um dos fatores que pode perturbar o equilíbrio do Mediterrâneo e da Europa. Desqualifica os militares portugueses ao dizer que estes parecem recitar “com linguagem revolucionária as páginas de Marx”. No pior dos cenários, Portugal – escreve – pode “deixar a Europa numa caravela à deriva e ao encontro das águas perigosas de Cuba, se não mesmo do Panamá ou do Peru”. Direciona o ceticismo final para a Europa, que representa, na sua opinião, uma nulidade no xadrez político

internacional. As considerações sobre Itália não são mais otimistas: situa-se entre “a crise da América de Ford e a inferior Europa de ninguém”.

Alberto Sensini (25 de Maio, 1975: capa), por seu lado, ocupa-se do primeiro debate televisivo da campanha. Qualifica-o como “sessenta minutos de polémica e insultos”. Refere que o confronto político – apelidado de *campanha de Western* – caracteriza-se por quatro elementos: uma preocupante ausência de referências aos problemas italianos; o “estado nevrótico” que regula as relações entre os partidos; a luta entre DC e PSI; e a falta de elementos unificantes que constituam a estrutura do sistema político italiano, baseado em alianças de partidos e classes sociais.

A inexistência de um debate construtivo sobre os problemas do país e o confronto entre a DC e o PSI também mereceram a atenção de Piero Ottone. A 8 de Junho invoca a falta de legitimidade dos ataques socialistas dirigidos à DC, alegando que ambos os partidos, durante 12 anos de centro-esquerda, haviam dividido responsabilidades na deficiente governação. O PSI – sublinha – utilizara os mesmos métodos que levaram à perversão do poder (*Corriere della Sera*, 8 de Junho, 1975: capa). Insurge-se, no dia 13, contra a incapacidade dos partidos em “individualizar a verdadeira natureza dos fenómenos” que corrompem a sociedade. Este é, a seu ver, o grande flagelo que dilacera a República. Declara que a campanha eleitoral baseia-se no jogo das acusações mútuas e nas recorrências ao Vietname e a Portugal (*Corriere della Sera*, 13 de Junho, 1975: capa).

LA STAMPA: PCI MANTÉM LIGAÇÕES COM GOVERNOS E PARTIDOS AUTORITÁRIOS. Arrigo Levi (*La Stampa*, 12 de Junho, 1975: capa) pronuncia-se a 12 de Junho sobre as eleições, considerando que as mesmas terão efeitos determinantes sobre a política italiana. Lembra a contradição que divide o PCI sobre duas concepções de socialismo – autoritarismo *versus* democracia. O peso dos comunistas italianos e a natureza das suas propostas colocam-nos no centro do anfiteatro político e sob os holofotes da imprensa e dos analistas. Está implícita a alusão ao partido de Álvaro Cunhal quando nota que o PCI nunca havia rejeitado a solidariedade com partidos de linha autoritário no poder. Por isso, apela à reflexão de um voto que, para Levi, não deve reforçar os

comunistas e a sua proposta de alianças rumo ao *compromisso histórico*. Volvidos três dias, renova as resistências ao PCI enquanto partido que nunca cortara “as ligações com governos e partidos autoritários e totalitários, da União Soviética a Portugal”. Reivindica o fortalecimento dos socialistas, republicanos, sociais-democratas e liberais como forma de, por um lado, ampliar a influência nas alianças com a DC, e, por outro, não aumentar o poder dos comunistas (*La Stampa*, 15 de Junho, 1975: capa).

IL MESSAGGERO: DA ESPINHA PORTUGUESA À ESPINHA CASTRISTA. Sobre o “caso República” incide, a 22 de Maio, o editorial de Italo Pietra (*Il Messaggero*, 22 de Maio, 1975: capa). Mostra-se desiludido com os militares portugueses por não terem “aprendido os valores do antifascismo, a começar pela tolerância”. Para o diretor do diário romano ainda não possuem “a arte de construir uma nova ordem democrática”. Nota que o Estado Novo havia deixado um longo vazio de valores democráticos, ao mesmo tempo que, pelo mundo, se vão avolumando – declara – as especulações e polémicas sobre a *lição portuguesa*. Refere que o fecho do jornal de Lisboa pode ser “explicado mas não justificado”, classificando-o como “um grave erro”, expressão que faz o título da peça. Na sequência do comentário sobre a presença de Gerald Ford em Roma, Italo Pietra (*Il Messaggero*, 29 de Maio, 1975: capa) considera Portugal uma das incógnitas europeias, país que acordara cheio de “contradições estruturais e de inclinações extremistas”. Diz que “a espinha portuguesa” não havia nascido do acaso. Especificando: tem “as mesmas raízes que a designada espinha castrista” no flanco dos Estados Unidos.

Conclusão

Os discursos do texto jornalístico são indissociáveis das próprias circunstâncias, suportes e valores de produção. Por esta razão criam representações heterogêneas da realidade. Tentou-se fornecer elementos que contribuam para o conhecimento dos contextos históricos e enquadrem as opiniões dissonantes sobre a sequência dos eventos analisados. Fazendo o caminho inverso, apresentamos agora os traços convergentes que traduzem o entendimento comum dos editoriais.

Os jornais analisados reprovaram a suspensão da atividade política do PDC e o encerramento do jornal *República*. Estes dois acontecimentos foram encarados como medidas autoritárias e reforçaram a ideia, segundo os mesmos órgãos de comunicação, de que Portugal caminhava para um sistema político ditatorial. A *questão portuguesa* foi mencionada como um dos fatores de instabilidade na Europa, uma incógnita do futuro e foco de tensão no quadro bipolar dominado pelos Estados Unidos e a União Soviética.

O discurso editorialista considerou que o PCI não se distanciou suficientemente da linha política do PCP, encarado este último como representante da ortodoxia e do dogmatismo comunista. Os quotidianos reconheceram que, ao não reprovarem declaradamente as decisões políticas dos comunistas portugueses, principalmente durante do congresso de Roma, o PCI evidenciou ambiguidade e falta de autonomia ao nível da direção política. Entre outros fatores, o projeto do *compromisso histórico* foi também apreciado à luz destas considerações.

Ao nível da estruturação do campo das personagens, Álvaro Cunhal e os militares portugueses permaneceram, nos dois eventos, enquanto sujeitos do discurso delocutório. O mapeamento dos indivíduos envolvidos incluiu o major Sanches Osório e o delegado do PCP Domingos Abrantes, mas apenas durante o congresso do PCI. Institucionalmente, o Partido Socialista entrou no campo das referências aquando da campanha eleitoral, ao contrário do PDC, que surgiu durante a conferência comunista. O PCP compreendeu a totalidade do período analisado. Os jornais associaram o PCP aos militares que governavam Portugal enquanto forças políticas que ordenavam, controlavam e empurravam o país para um sistema despótico. Se as considerações acerca do partido de Álvaro Cunhal explicam-se pelo enquadramento ideológico dos editorialistas, já a imagem negativa atribuída aos militares resulta das ações desenvolvidas pelos mesmos.

A imprensa considerou que a DC tentou retirar proveitos políticos dos factos e enunciados portugueses, atitude consubstanciada com a retirada da sua delegação do congresso comunista. Na luta pela imposição de uma determinada perceção do mundo

social, ou como diz Pierre Bourdieu (1989: 142), pela manutenção ou conquista do monopólio do uso lícito dos recursos instituídos, os jornais admitiram que a instrumentalização de acontecimentos de outros países era um elemento constitutivo da *praxis* política italiana.

Avaliando os 22 artigos que fizeram referência a Portugal e aos seus atores políticos, no âmbito dos dois eventos em apreço, conclui-se que a Revolução de Abril mereceu o enquadramento nos principais critérios de noticiabilidade. Através de analogias históricas, selecionando, classificando, reprovando, defendendo, indicando, os jornais assumiram o papel de ator político e definiram padrões no sentido de atuar sobre os esquemas cognitivos dos leitores.

O jornalismo praticado correspondeu aos modelos reguladores da imprensa escrita italiana e, de uma forma geral, dos jornais de referência. Imperou a linguagem codificada, dirigida a uma classe culturalmente qualificada e restrita. Sete dos 11 editoriais dedicados pelo *Corriere della Sera* surgiram ligados à manchete e ao principal serviço da edição, confirmando a regra de que, não raras vezes, o comentário precedia a informação e assim condicionava a atenção do leitor. Os discursos editorialistas evidenciaram um sentimento de adesão à democracia, à liberdade de expressão e informação e ao voto enquanto legitimação da vontade popular e de um sistema político pluralista. É no período que medeia os meses de Março e Junho de 1975 que a Revolução de Abril apresentou o maior caudal informativo em Itália e invadiu o debate político doméstico. O período imediato ao 25 de Abril de 1974 e o *Verão Quente* de 1975 são também momentos de acentuada relevância.

Referências

ARFE, Gaetano Arfe, **Portogallo non è un diversivo**, in *Avanti!*, ano 79, nova série, nº 119, 25 de Maio de 1975, capa.

BARBATO, Andrea **Con calma verso le elezioni**, in *La Stampa*, ano 109, nº 118, 25 de Maio de 1975, p. 3.

CASALEGNO, Carlo, **La 'svolta' di Berlinguer**, in *La Stampa*, ano 109, nº 62, 18 de Março, 1975, capa.

_____ **Da Lisboa all'Italia**, in *La Stampa*, ano 109, nº 67, 23 de Março, 1975: capa.

GIURATO, Luca, **Un delegato portoghese suscita imbarazzo nel PCI**, ano 109, nº 67, 23 de Março de 1975, capa.

LA ROCCA, Felice, **Il PCI e il paese**, in *Il Messaggero*, ano 97, nº 157, 19 de Março de 1975, capa.

_____ **Berlinguer indica la linea del PCI**, in *Il Messaggero*, ano 97, nº 157, 13 de Junho de 1975, p. 2.

OTTOLENGHI, Sandro, **Parlano i capi del Portogallo**, in *L'Europeo*, ano 31, nº 14, 3 de Abril de 1975, p. 28.

PELLEGRINI, Arturo **Soares 'usato'?**, in *Il Popolo*, ano 32, nº 136, 14 de Junho de 1975, capa.

RONCHEY, Alberto, **Il congresso, tuttavia...**, in *Corriere della Sera*, ano 100, nº 67, 22 de Março de 1975, capa.

_____ **La fantasia della storia**, in *Corriere della Sera*, ano 100, nº 62, 16 de Março de 1975, capa.

_____ **I socialisti in penitenza**, in *Corriere della Sera*, ano 100, nº 118, 24 de Maio de 1975, capa.

_____ **L'America di Ford e l'Europa di nessuno**, in *Corriere della Sera*, ano 100, nº 127, 4 de Junho de 1975, capa.

SENSINI, Alberto, I legami imbarazzanti, in *Corriere della Sera*, ano 100, nº 65, 20 de Março de 1975, capa.

_____ **Non c'è solo il compromesso**, in *Corriere della Sera*, ano 100, nº 68, 23 de Março de 1975, capa.

_____ **Una campagna da western?**, in *Corriere della Sera*, ano 100, nº 119, 25 de Maio, 1975, capa.

TITO, Michele, **La lunga marcia su tante strade**, in *Corriere della Sera*, ano 100, nº 64, 19 de Março, 1975, capa.

TOSTI, Massimo, **I conformisti di via Solferino**, in *Il Settimanale*, ano 11, nº 31, 30 de Julho de 1975, p. 17.

TROVATI, Giovanni, **Portogallo e Italia**, in *La Stampa*, ano 109, nº 64, 20 de Março de 1975, capa.

VALLI, Bernardo, **Si inaspriscono i dissensi con francesi e portoghesi**, *Corriere della Sera*, ano 100, nº 144, 24 de Junho de 1975, capa.

VIOLA, Sandro, **Nel Portogallo prevale la linea dei più radicali?**, ano 109, nº 68, 25 de Março de 1975, capa.

Publicações periódicas (textos não assinados)

Anónimo, **Altro che veterinário**, in *Il Messaggero*, ano 97, nº 78, 23 de Março de 1975, capa.

Anónimo, **Cunhal al PCI: le vostre critiche aiutano la reazione in Portogallo**, in *Corriere della Sera*, ano 100, nº 144, 24 de Junho de 1975, p. 2.

Anónimo, **Dal Portogallo una lezione ai democratici**, in *Il Popolo*, ano 32, nº 115, 21 de Maio de 1975, p. 2.

Anónimo, **Dichiarazione della presidenza del Congresso**, in *L'Unità*, ano 52, nova série, nº 65, 20 Março, 1975, capa.

Anónimo, **Ed è ancora centro-sinistra**, in *La Stampa*, ano 109, nº 73, 30 de Março de 1975, capa.

Anónimo, **France-Soir: 'Cunhal mette il PCI in difficoltà**, in *Corriere della Sera*, ano 100, nº 66, 21 de Março de 1975, p. 2.

Anónimo, **Gli appelli dei capi-partito a 40 milioni d'elettori**, in *La Stampa*, ano 109, nº 133, 14 de Junho de 1975, capa.

Anónimo, **Guardare ai veri problemi**, in *Corriere della Sera*, ano 100, nº 135, 13 de Junho de 1975, capa.

Anónimo, **I comunisti e gli altri**, in *Il Messaggero*, ano 97, nº 73, 18 de Março de 1975, capa.

Anónimo, **Il comizio di De Martino**, in *Avanti!*, ano 79, nova série, nº 120, 27 de Maio de 1975, p. 2.

Anónimo, **Il rapporto di Berlinguer al XIV Congresso del PCI**, in *L'Unità*, ano 52, nova série, nº 64, 19 de Março de 1975, 7-10.

Anónimo, **Il voto è locale ma tanto politico**, in *La Stampa*, ano 109, nº 133, *La Stampa*, 12 de Junho de 1975, capa.

Anónimo, **La condanna dei socialisti italiani**, in *Avanti!*, ano 79, nova série, nº 115, 21 de Maio de 1975, capa.

Anónimo, **Le conclusioni del compagno Berlinguer**, in *L'Unità*, ano 23, nova série, nº 12 (edição de segunda-feira), 24 de Março de 1975, 3-4.

Anónimo, **L'Europa come bivio**, in *Il Messaggero*, ano 97, nº 142, 29 de Maio de 1975, capa.

Anónimo, **L'Europa insidiata**, in *La Stampa*, ano 109, nº 61, 16 de Março de 1975, capa.

Anónimo, **L'Occidente e il Portogallo**, in *Corriere della Sera*, ano 100, nº 82, 9 de Abril de 1975, p. 2.

Anónimo, **Non dimentichiamo i nostri vecchi mali**, in *Corriere della Sera*, ano 100, nº 66, 21 de Março de 1975, capa.

Anónimo, **Portogallo, Kirilenko e il PCI**, in *Il Popolo*, ano 32, nº 64, 20 de Março de 1975, capa.

Anónimo, **Processo ai socialisti**, in *Corriere della Sera*, ano 100, nº 131, 8 de Junho de 1975, capa.

Anónimo, **Un grave errore**, in *Il Messaggero*, ano 97, nº 135, 22 de Maio de 1975, capa.

Anónimo, **Unità necessaria**, in *L'Unità*, ano 52, nova série, nº 114, 20 de Maio de 1975, capa.

Anónimo, **Una scelta ragionata**, in *La Stampa*, ano 100, nº 136, 15 de Junho de 1975, capa.

Obras de consulta

BOURDIEU, Pierre. (1989), **O poder simbólico**, Lisboa: Difel.

CECCHI, Alberto (1975), **Storia del P.C.I. attraverso i congressi**. Roma: Newton Compton editori.

ECO, Umberto e VIOLI, Patrizia (1976), **La controinformazione**, in Valerio Castronovo e Nicola Tranfaglia (coord.), *Storia della stampa italiana. La Stampa Italiana del Neocapitalismo*, vol. 6, Bari: Editori Laterza.

LIVOLSI, Marino (1984), **La ‘macchina’ giornale**, in Marino Livolsi (org.), *La fabbrica delle notizie*. Milano: Franco Angeli Libri.

MAZZANTI, Alessandro (1991), **L’obiettività giornalistica: un ideale maltrattato**. Napoli: Liguori Editore.

MESQUITA, Mário e REBELO, José (1994), **O 25 de Abril nos média internacionais**. Porto: Afrontamento.

MURIALDI, Paolo (1976), **Come si legge un giornale**. Roma: Editori Laterza.

_____ (2006), **Storia del giornalismo italiano**. Bologna: Società editrice il Mulino.

_____ TRANFAGLIA, Nicola (2008), **I quotidiani negli ultimi venticinque anni. Crisi, sviluppo e concentrazioni**, in Valerio Castronovo. e Nicola Tranfaglia (coord.), *Storia della stampa italiana. La stampa italiana nell’età della TV*, vol. 7. Bari: Editori Laterza.

REZOLA, Maria Inácia (2006), **Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)**. Lisboa: Campo da Comunicação.

VAN DIJK, Teun Adrianus (2005), **Discurso, Notícia e Ideologia. Estudos na Análise da Crítica do Discurso**. Porto: Campo das Letras.

VENEZIANI, Massimo (2006), **Controinformazione. Stampa alternativa e giornalismo d’inchiesta dagli anni Sessanta a oggi**. Roma: Aberto Castelvecchi Editore.

ⁱ Tradução nossa.

ⁱⁱ A operação provocou a estatização dos jornais *O Século* (e publicações associadas), *Diário Popular*, *O Jornal do Comércio*, *O Comércio do Porto*, *A Capital* e o *Diário de Lisboa* (parcial). O Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado e a Aliança Operária Camponesa foram suspensos, acusados de incitamento e recurso à violência. No caso do PDC, foi-lhe imputado o envolvimento de alguns expoentes no 11 de Março.

ⁱⁱⁱ O Processo Revolucionário em Curso designa, na generalidade, o período de forte movimentação e instabilidade social e política registada em Portugal em 1974/1975, com particular incidência entre o 28 de Setembro de 1974 e o 25 de Novembro de 1975.

^{iv} A *imprensa de referência* direciona-se preferencialmente para a opinião pública dirigente, associada à tomada de decisões ao nível político, económico e cultural. Cfr. Mário Mesquita e José Rebelo (1994), *O 25 de Abril nos média internacionais*. Porto: Afrontamento, p.15.

^v Imagem, no entanto, abalada, nos inícios dos anos 80, pela ascensão meteórica do *La Repubblica* e pelo envolvimento de alguns jornalistas no escândalo da loja maçónica Propaganda (P2).

^{vi} Cfr. Umberto Eco e Patrizia Violi (1976), “La controinformazione”, in Valerio Castronovo e Nicola Tranfaglia (coord.), *Storia della stampa italiana. La Stampa Italiana del Neocapitalismo*. Bari: Laterza.

^{vii} Berlinguer ambiciona criar um caminho seguro de desenvolvimento económico, renascimento social e progresso democrático. Por outro lado, a queda de Allende ilumina os temores quanto a ações reacionárias, já bem presentes em Itália através da *estratégia de tensão* impulsionada pela extrema-direita a partir de 1969. Cfr. Paul Ginsborg, (1989), *Storia d'Italia dal dopoguerra a oggi: società e politica*. Torino: Einaudi.

^{viii} Gianluigi Da Rold, ex-jornalista do *Corriere*, refere, no seu livro-testemunho, a conotação filo-americana de Ronchey e a aversão ao PCI. Da Rold afirma que, em 1976, alguns jornalistas de esquerda atribuíam-lhe o epíteto de “homem da CIA”. Cfr. Gianluigi Da Rold (1982), *Da Ottone alla P2: sei anni di compromesso storico al Corriere della Sera*. Milano: SugarCo, p. 48.

^{ix} Presume-se que pertença à esquerda extra-parlamentar, jornalista do *il manifesto* ou da *Lotta Continua*.

^x Michele Tito situa-se próximo dos socialistas de Francesco De Martino, de esquerda mas sem demasiados comprometimentos com os comunistas. Cfr. Gianluigi Da Rold (1982), *Da Ottone alla P2: sei anni di compromesso storico al Corriere della Sera*. Milano: SugarCo, p. 14.

^{xi} O nome de Alberto Sensini figura na célebre lista de personalidades inscritas na Loja maçónica Propaganda 2, tornada pública em 1981. O objetivo da P2 consiste no reforço do poder institucional através de um apertado controlo da Magistratura e da atividade sindical. O uso dos meios de comunicação é considerado fundamental. Cfr. Massimo Veneziani (2006), *Controinformazione. Stampa alternativa e giornalismo d'inchiesta dagli anni Sessanta a oggi*. Roma: Aberto Castelvechchi Editore, pp. 113-114.

^{xii} Por isso se explica que o jornal é, durante o seu reinado, alvo de acasas disputas, manobras de influência e críticas da Democracia Cristã.

^{xiii} Felice La Rocca foi um conceituado editorialista do *Il Messaggero* e defensor, na década de 70, da linha laica, democrática e antifascista e do pacto que transferia relevantes poderes da empresa gestora do jornal para a redação e operários.

^{xiv} Democrata-cristão antigo presidente do Conselho.

^{xv} Os jovens com 18 anos podem votar pela primeira vez num ato eleitoral. O PCI regista um aumento de seis pontos percentuais (33%) em relação a 1970. A DC desce dois pontos (35%).

^{xvi} O 28 de Setembro de 1974 representa o culminar de um processo que opõe o então Presidente da República, general António de Spínola, às forças político-militares consideradas de esquerda. Reconhecendo a derrota das suas teses – no contexto da descolonização e do reforço de poderes do Presidente da República –, Spínola renuncia ao cargo a 30 de Setembro. O 28 de Setembro constitui o fim do primeiro ciclo revolucionário, caracterizado pelo afastamento dos oficiais próximos de Spínola e pela neutralização de setores da direita civil.

^{xvii} Depois de recorrer da sentença, Renato Ghiotto viria a ser absolvido em Novembro de 1978.

^{xviii} Cfr. Mário Mesquita e José Rebelo (1994), *O 25 de Abril nos média internacionais*. Porto: Afrontamento, pp. 91-110.

***Marco Gomes** é mestre em História das Ideologias e Utopias Contemporâneas pela Universidade de Coimbra e bolsheiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia

(Portugal). Desenvolve o projeto de doutoramento no Dipartimento di Studi Sociali e Politici – Università degli Studi di Milano, onde procede à análise, através da imprensa, do impacto da Revolução do 25 de Abril em Itália (1974-1976). É investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX.